

Editorial

Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis: por quê, para quê e como?

Samuel de Oliveira Durso¹ 

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil



¹sodurso@face.ufmg.br

Resumo

Este editorial discute a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis para além da publicação em periódicos estrangeiros. Parte-se do reconhecimento de que com a globalização, os rankings acadêmicos e os sistemas de avaliação têm ampliado as pressões por inserção internacional, nem sempre acompanhadas de reflexão crítica sobre seus objetivos e efeitos. Defende-se que a internacionalização deve estar alinhada à missão, à identidade, às linhas de pesquisa, ao perfil dos egressos e ao planejamento estratégico de cada programa, evitando ações fragmentadas ou meramente destinadas ao cumprimento de critérios avaliativos. A discussão é estruturada a partir de três pontos: por que, para que e como internacionalizar. Argumenta-se que esse processo se justifica pelas transformações globais da profissão contábil e pela necessidade de formar mestres e doutores preparados para atuar na academia e no mercado. Entre suas finalidades, destacam-se a geração de impacto social, a atualização curricular, a formação de redes de colaboração e a participação brasileira na construção de agendas internacionais. Como estratégias, são discutidas a atuação direta e indireta em entidades internacionais e a ampliação das atividades consideradas como promotoras de internacionalização no contexto contábil. Conclui-se que a internacionalização deve ser planejada, inclusiva e coerente com as diferentes missões dos programas da área.

Palavras-chave: internacionalização; pós-graduação stricto sensu; ciências contábeis.

Como Citar:

Durso, S. de O. (2026). Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis: por quê, para quê e como?. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 20(1), 001–006/007. <https://doi.org/10.14392/asaa.2026200101>

Reflexões Iniciais

A internacionalização da educação superior não constitui um fenômeno recente (Dale, 2010). Com o processo de globalização, a busca pela internacionalização passou a integrar um movimento mais amplo de compartilhamento de referências de qualidade, modelos de governança e parâmetros de avaliação (Martins & Barreyro, 2025). Nesse ambiente, a formação universitária, especialmente em grandes Instituições de Ensino Superior (IES), deixou de responder exclusivamente às necessidades de um território nacional, passando a incorporar agendas de políticas educacionais formuladas em âmbito externo, muitas vezes por entidades privadas e com fins lucrativos (Barreyro, 2018). É justamente diante dessa crescente influência de referências e demandas externas que a internacionalização precisa ser pensada de forma crítica e estratégica. Quando adotada apenas como resposta a essas pressões, pode-se gerar ações fragmentadas, desarticuladas e pouco alinhadas à missão, à identidade e ao planejamento estratégico que devem orientar os Programas de Pós-Graduação (PPGs) da área.

Entre as armadilhas associadas ao processo de internacionalização, destaca-se a orientação pouco reflexiva aos rankings acadêmicos produzidos no exterior (Vidal & Ferreira, 2020). Elaboradas por organizações externas aos sistemas oficiais de avaliação, essas classificações passaram a ser utilizadas como referências de excelência institucional, muitas vezes orientando decisões e políticas universitárias sem que sejam devidamente examinados seus pressupostos, limitações e efeitos sobre as prioridades educacionais (Kumar et al., 2026). As críticas existentes colocam em dúvida a capacidade desses instrumentos de representar a pluralidade das missões universitárias e apontam os vieses econômicos, geográficos, linguísticos e bibliométricos presentes em seus indicadores. Não obstante as fragilidades, a preocupação com a posição ocupada em tais rankings tem sido uma constante no âmbito da gestão de universidades brasileiras de referência, influenciando seus discursos, estruturas administrativas, sistemas de informação e processos de formulação de políticas institucionais (Martins & Barreyro, 2024).

Na pós-graduação brasileira, em específico, as pressões pela internacionalização têm sido associadas, sobretudo, à publicação de artigos em periódicos estrangeiros e à circulação da produção nacional em bases internacionais. Embora essa dimensão permaneça relevante, ela não esgota o significado de uma inserção global consistente e pode, quando tomada como finalidade em si mesma, reforçar uma lógica de internacionalização orientada pelo produtivismo acadêmico (Diniz & Chimenti, 2026). Compreender a internacionalização para além da

publicação científica torna-se, portanto, necessário em um contexto de debate permanente sobre o papel das universidades e sobre as formas pelas quais elas se relacionam com a sociedade. Nesse sentido, este editorial defende que a internacionalização não deve ser concebida como uma estratégia restrita à pesquisa, mas como uma dimensão transversal da atuação universitária, capaz de se materializar em diferentes ações de ensino e extensão.

Para que produza resultados acadêmicos, institucionais e sociais relevantes, contudo, essas ações devem estar alinhadas à missão, às áreas de concentração, às linhas de pesquisa, ao perfil dos egressos e às capacidades efetivamente disponíveis em cada programa. A ausência desse alinhamento pode gerar perda de recursos, sobreposição de esforços e iniciativas de baixa continuidade, reduzindo a eficiência das políticas adotadas. Mais grave, pode transformar a internacionalização em um preenchimento desordenado de listas de atividades, orientado prioritariamente pela necessidade de demonstrar desempenho perante avaliadores. Em lugar dessa lógica reativa, os programas precisam definir prioridades, responsabilidades e resultados esperados, articulando as diferentes iniciativas em uma política institucional coerente, coordenada e passível de acompanhamento. Deve-se questionar, assim, por que, para que e como internacionalizar?

Por que internacionalizar?

Na área contábil, a pressão pela internacionalização ganha outros contornos, tendo em vista o reconhecimento de que a profissão, seus padrões técnicos e seus desafios contemporâneos são, há bastante tempo, construídos em espaços globais de debate, regulação e cooperação (Shil et al., 2009). Questões como sustentabilidade, inteligência artificial, segurança de dados, integridade, tributação internacional, auditoria, finanças públicas e qualidade da informação contábil já não podem ser compreendidas exclusivamente em âmbito doméstico. Os profissionais formados no Brasil precisam interpretar sua atuação cotidiana à luz de um contexto globalmente interconectado.

Ao contrário do que pode parecer, essa necessidade não se restringe aos profissionais que atuam em grandes corporações ou empresas multinacionais. Uma simples alteração de alíquota promovida por um país importador, como a história recente evidencia, é capaz de produzir efeitos que ultrapassam as empresas diretamente envolvidas nas operações de comércio exterior, propagando-se por toda a cadeia econômica.

Fornecedores, transportadores, prestadores de serviços e produtores de insumos podem ser afetados por mudanças nos custos, nas margens, nos contratos, nas projeções de fluxo de caixa e nas decisões de investimento.

Assim, a preocupação com a internacionalização dos PPGs, em suas diferentes frentes, justifica-se também pela necessidade de formar profissionais qualificados e preparados para os desafios econômicos e sociais contemporâneos. Os mestres e doutores formados por esses programas podem atuar tanto na academia quanto no mercado, em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, de modo que uma formação na qual a internacionalização esteja articulada aos objetivos do curso tende a ampliar sua capacidade crítica, sua atualização profissional e, por consequência, a qualidade de sua atuação.

Além disso, a relação indissociável entre a pós-graduação e os cursos de graduação adiciona justificativa a esta perspectiva de internacionalização. O contato com temas, práticas, normas e debates de relevância internacional pode contribuir para o aprimoramento da formação dos graduandos em Contabilidade, ampliando sua compreensão sobre os desafios globais da profissão e, ainda, favorecendo a mobilidade internacional dos egressos.

A expansão recente dos PPGs de Contabilidade (Azevedo et al., 2025) também reforça a necessidade de ampliar os espaços de atuação profissional dos mestres e doutores da área. Embora o número de titulados em Ciências Contábeis no Brasil ainda seja inferior ao observado na Administração e Economia, por exemplo, é importante antecipar a discussão sobre a diversificação das trajetórias dos egressos dos PPGs de Contabilidade, de modo a favorecer oportunidades compatíveis com sua formação.

Para que internacionalizar?

A internacionalização deve servir, primeiramente, para ampliar a contribuição das universidades à sociedade (Jones et al., 2021). Independentemente da jurisdição que se avalie, a Contabilidade desempenha papel fundamental na transparência, na responsabilização das organizações, no funcionamento dos mercados, na gestão dos recursos públicos e na resposta a problemas socioambientais. Sendo assim, os PPGs brasileiros da área contábil possuem a capacidade de inserção em debates globais, contribuindo para o desenvolvimento de padrões, práticas e políticas que afetam organizações e sociedades em diferentes países. Neste contexto, a participação direta e indireta em entidades internacionais permite aproximar os programas brasileiros de redes, discussões e iniciativas de alcance

global. Este contato favorece, em especial, a atualização do corpo docente e dos currículos dos cursos da área. Professores envolvidos em fóruns internacionais acompanham antecipadamente mudanças normativas, novas demandas de competências e controvérsias que ainda não chegaram plenamente às salas de aula ou à produção científica nacional. Esse conhecimento pode ser incorporado às disciplinas, aos projetos pedagógicos, às atividades de extensão e à formação dos orientandos. A internacionalização, nesse sentido, deixa de ser uma atividade paralela, realizada por poucos pesquisadores, e passa a contribuir para a contemporaneidade da formação oferecida pelo programa.

Internacionalizar também deve servir para posicionar o Brasil como produtor de soluções e não somente como receptor de padrões internacionais. O país apresenta características econômicas, sociais, institucionais e ambientais capazes de produzir aprendizados relevantes para outros contextos, especialmente para países do Sul Global. A experiência brasileira com fenômenos complexos como desigualdade social, inflação, diversidade populacional, mercado de pequenas e médias empresas e desafios ambientais oferece material para contribuições teóricas e práticas originais. Como argumentam Diniz e Chiamenti (2026), ser global a partir do próprio contexto significa inserir o conhecimento local em debates internacionais em condições de maior equilíbrio, evitando que a internacionalização se transforme em invisibilização do conhecimento nacional.

Como internacionalizar?

Para além das perspectivas de publicações internacionais, o instrumento de avaliação da Área 27 da CAPES apresenta uma série de ações possíveis para a condução da internacionalização. A ficha, que se aplica a todos os programas de Ciências Contábeis, destaca a captação de recursos, cooperação em projetos, estrutura curricular, acordos, formação, visibilidade e reconhecimento internacional como possibilidades de comprovação de internacionalização. Também são valorizadas a atuação em sociedades científicas internacionais, a participação em redes globais, a organização de eventos, a presença em comitês editoriais, a oferta de disciplinas no exterior, as cotutelas e a atuação internacional dos egressos (CAPES, 2025).

O relacionamento com entidades internacionais está, portanto, diretamente relacionado com os critérios exemplificativos de internacionalização considerados pela CAPES. Nesse contexto, as próprias consultas públicas promovidas por organismos internacionais podem ser uma opção importante para a introdução de ações de

internacionalização pelos PPGs da área. A criação de grupos permanentes, formados por docentes, discentes e profissionais, com o intuito de analisar essas propostas e elaborar cartas institucionais pode constituir uma ação estratégica importante para os programas, ao articular, em uma única iniciativa, formação internacional, pesquisa, extensão e geração de impacto social em escala global.

Outra estratégia é incentivar a atuação direta de docentes em associações, comitês, grupos técnicos e redes mantidas por entidades internacionais. A aproximação com a International Association for Accounting Education and Research (IAAER), por exemplo, representa uma oportunidade para que os PPGs brasileiros participem de espaços nos quais são debatidas diretrizes para a educação e a pesquisa na área contábil. Inserções como essas podem favorecer uma atuação mais ativa dos pesquisadores brasileiros na formulação de agendas, prioridades e orientações internacionais, incorporando aos debates globais perspectivas construídas a partir das particularidades econômicas, sociais e institucionais do país. Além disso, o contato pode favorecer a formação de redes de colaboração, das quais podem surgir outras iniciativas de internacionalização.

Do ponto de vista discente, contudo, é preciso reconhecer que o modelo mais tradicional de internacionalização, geralmente associado à realização de um período de doutorado sanduíche no exterior, pode ser particularmente desafiador nos PPGs de Contabilidade. Poucos doutorandos da área mantêm dedicação exclusiva aos estudos (Pereira et al., 2021). A existência de filhos, cônjuges, cargos de gestão, atividades docentes e empresariais dificulta o afastamento prolongado do país, mesmo quando se reconhecem os benefícios dessas experiências. Constatar esse perfil exige que os programas tragam a internacionalização para dentro do próprio processo formativo, tornando-a uma experiência curricular e acadêmica acessível ao conjunto dos estudantes, inclusive àqueles que não podem permanecer meses no exterior. Essa visão reduz o risco de que os benefícios da inserção internacional fiquem concentrados em um grupo restrito de discentes, normalmente aqueles com maior disponibilidade financeira, flexibilidade profissional e suporte familiar, evitando desigualdades no processo formativo.

As tecnologias digitais da atualidade tornam essa estratégia plenamente viável e a um custo muito baixo. A participação remota de especialistas estrangeiros em aulas, seminários e atividades de orientação permite que os estudantes tenham contato direto com diferentes tradições teóricas, metodológicas e profissionais sem a

necessidade de deslocamento. Da mesma forma, grupos internacionais de trabalho, reunidos periodicamente em ambiente virtual, podem promover intercâmbio intelectual contínuo, e não apenas experiências pontuais. A formalização de coorientações internacionais também pode contribuir para inserir os discentes em redes acadêmicas mais amplas, diversificar referências e aumentar a qualidade de teses e dissertações, além de abrir caminhos para uma atuação internacional futura. Assim, a modalidade de “internacionalização em casa” não deve ser vista como uma solução inferior à mobilidade, mas como uma alternativa complementar, inclusiva e compatível com as características dos PPGs da área contábil.

Por fim, a internacionalização precisa integrar o planejamento estratégico e a autoavaliação dos programas. O PPG deve definir os espaços internacionais mais aderentes à sua missão, às suas linhas de pesquisa e ao perfil dos egressos que pretende formar. Em vez de contabilizar atividades isoladas, é necessário estabelecer objetivos, responsáveis, recursos, prazos e indicadores. Podem ser acompanhados, por exemplo, o número de contribuições a consultas públicas de órgãos externos, a participação direta em entidades internacionais, as colaborações curriculares com pesquisadores estrangeiros, os projetos de pesquisa com participação externa, os recursos captados em agências internacionais e, é claro, as publicações internacionais geradas pelo PPG. É importante destacar que a própria ficha de avaliação da Área 27 (CAPES, 2025) reforça a complexidade e a intensidade das múltiplas práticas, ao considerar insuficiente uma internacionalização dependente de iniciativas individuais, sem resultados demonstrados ou articulação com o propósito do programa.

Reflexões Finais

As ações apresentadas ao longo deste editorial possuem caráter exemplificativo e não esgotam as possibilidades de internacionalização dos PPGs da área contábil. Iniciativas já consolidadas, como a participação de docentes e discentes em congressos internacionais e a realização de estágios de pós-doutorado no exterior também constituem oportunidades importantes para ampliar a inserção internacional dos programas. O mais importante é que essas experiências não sejam tratadas como episódios isolados nem como caminhos únicos para a internacionalização. Ao contrário, elas devem ser articuladas a outras ações e em linha com os objetivos, as capacidades e o planejamento estratégico de cada PPG, de modo a gerar efeitos duradouros para o ensino, a pesquisa, a extensão e o impacto social das IES.

A internacionalização dos PPGs em Ciências Contábeis também não deve ser reduzida à tradução de artigos para língua inglesa e à publicação em periódicos estrangeiros. Embora essas ações sejam importantes, uma inserção internacional mais madura pressupõe participar dos espaços nos quais são definidas as prioridades de pesquisa, as competências profissionais e as respostas da Contabilidade aos desafios contemporâneos. Para isso, os programas precisam transformar iniciativas individuais em políticas institucionais, envolvendo diferentes agentes que formam o PPG. Com ações ordenadas e estruturadas, a pós-graduação brasileira poderá não apenas acompanhar os debates globais, mas também influenciá-los, posicionando o país como produtor de conhecimento teórico e prático relevante para a Contabilidade mundial.

Por fim, uma questão (complexa) ainda permanece em aberto: a internacionalização deve ser considerada condição necessária para que todos os programas de pós-graduação da área alcancem a excelência (notas 6 e 7), ou seria viável alcançar esse patamar sem que se tenha a internacionalização como eixo prioritário? Em princípio, um programa de excelência deveria ser aquele capaz de realizar com elevado nível de qualidade aquilo que propõe em sua missão, considerando sua identidade, seu contexto de atuação e as necessidades sociais às quais pretende responder. Em um país marcado por profundas desigualdades regionais e por demandas tão diversas quanto as enfrentadas pela área contábil, parece razoável admitir que diferentes programas possam perseguir trajetórias igualmente legítimas de desenvolvimento, algumas mais orientadas à inserção internacional e outras mais voltadas à transformação de realidades locais, regionais ou nacionais.

Na prática, contudo, a ausência de ações de internacionalização ainda funciona como forte limitador para os programas da Área 27, sobretudo diante das diretrizes estabelecidas na ficha de avaliação e das mudanças previstas para a mensuração da produção intelectual no quadriênio 2025–2028. Embora a ficha anuncie que a internacionalização será relativizada conforme a missão e o perfil dos PPGs, permanece a dúvida sobre o espaço efetivamente reservado, na prática avaliativa, a programas de excelência cuja contribuição prioritária seja local, regional ou nacional, principalmente em um contexto no qual os principais periódicos científicos da área passam a ser orientados a uma agenda “global”. A nova classificação dos periódicos da área, inclusive, permite questionar se a internacionalização (da publicação) não estaria sendo obrigatória, inclusive, para os PPGs dos estratos 5, 4 e 3.

O desafio para os próximos anos talvez seja, portanto, evitar que a internacionalização se converta em requisito homogêneo e indistinto, incapaz de reconhecer a pluralidade de missões dos programas, tendo em vista que no modelo avaliativo vigente ela permanece como uma das principais vias (ou a única) para o alcance dos estratos mais elevados de avaliação. A adoção da internacionalização como estratégia meramente “pro forma”, que pode ser uma consequência dessas pressões, além de produzir ineficiências e dispersar recursos, pode gerar frustração entre docentes e discentes, comprometendo seu engajamento e, consequentemente, a sustentabilidade das ações desenvolvidas pelos PPGs de Ciências Contábeis no Brasil.

Referências

- Azevedo, S. U. de, Souza, C. K. de, Portulhak, H., & Figari, A. K. P. (2025). Cinquenta anos de pesquisa contábil no Brasil: Principais contribuições e direções futuras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 36(98), e2167. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20252167.pt>
- Barreyro, G. B. (2018). A avaliação da educação superior em escala global: Da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 23(1), 5–22. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100002>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (2025). Ficha de avaliação da Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo — quadriênio 2025–2028. Ministério da Educação. https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/Administracao_FichadeAvaliao_2025_2028.pdf/@@display-file/file
- Dale, R. (2010). A sociologia da educação e o Estado após a globalização. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1099–1120. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400003>
- Diniz, E., & Chimenti, P. (2026). Global a partir do nosso contexto: Por uma valorização do conhecimento nacional em Administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 30(3), e260311. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2026260311.por>
- Jones, E., Leask, B., Brandenburg, U., & de Wit, H. (2021). Global Social Responsibility and the Internationalisation of Higher Education for Society. *Journal*

- of Studies in International Education, 25(4), 330-347. <https://doi.org/10.1177/10283153211031679>
- Kumar, A., Shaikh, R., Palav, M., Brar, V., & Raibagkar, S. (2026). A critique of the perception parameter used in the ranking of higher education institutions. Quality in Higher Education. Advance online publication. <https://doi.org/10.1080/13538322.2026.2649052>
- Martins, A. D., & Barreyro, G. B. (2024). Rankings acadêmicos internacionais como reguladores da educação superior: uma análise acerca dos seus usos em deliberações sobre políticas institucionais. *Revista Inter-Ação*, 49(2), 1082–1097. <https://doi.org/10.5216/ia.v49i2.79138>
- Martins, A. D., & Barreyro, G. B. (2025). Rankings acadêmicos internacionais e escritórios de pesquisa institucional: Um estudo em universidades públicas brasileiras. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 30, e025005. <https://doi.org/10.1590/1982-57652025v30id288195>
- Pereira, V. H., Cunha, J. V. A. da, Avelino, B. C., & Cornacchione Junior, E. B. (2021). Student perception about reasons behind attrition in accounting graduate programs. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15, e182882. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.182882>
- Shil, N. C., Das, B., & Pramanik, A. K. (2009). Harmonization of accounting standards through internationalization. *International Business Research*, 2(2), 194–201. <https://doi.org/10.5539/ibr.v2n2p194>
- Vidal, J., & Ferreira, C. (2020). Universities under pressure: The impact of international university rankings. *Journal of New Approaches in Educational Research*, 9(2), 181–193. <https://doi.org/10.7821/naer.2020.7.475>